

COMUNIDADE QUESTIONA PONTOS DO PIDS E PEDE MAIS EXPLICAÇÕES

A comunidade, junto a estudiosos e especialistas que têm participado das reuniões e oficinas para a discussão do PIDS, levanta uma série de pontos obscuros e de questionamentos sobre o Projeto de Lei Complementar apresentado pela Prefeitura de Campinas. Uma das questões levantadas com frequência nos debates, mas que está longe de ser a única, refere-se aos impactos ambientais e à necessidade de um efetivo planejamento sustentável para a implantação de um projeto dessa envergadura.

O geólogo Jefferson Lima Picanço, professor do Instituto de Geociências da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) tem acompanhado as oficinas com a comunidade que acontecem nas diferentes regiões de Barão Geraldo (leia mais sobre elas na página 4 desta edição). A partir dos questionamentos da população, ele avalia que os principais impactos ambientais “são essencialmente relacionados” com a urbanização do amplo território previsto no projeto. “A impermeabilização do solo, a supressão de vegetação e a movimentação do solo se não forem adequadamente implantados aumentam, de imediato, a ocorrência de alagamentos e de enchentes, a perda de biodiversidade.” O projeto do PIDS é claramente um indutor da urbanização. “Mas essa urbanização deve estar centrada nos recursos do território e nas pessoas que o habitam. Precisa apontar caminhos de inclusão e diminuição de desigualdades em toda a região.”

UM PROJETO FOCADO APENAS NO MERCADO IMOBILIÁRIO?

Para Jefferson, que é também representante da ADunicamp (Associação de Docentes da Unicamp) no Conselho Municipal do Meio Ambiente, o processo de urbanização convencional e sem um investimento pesado em infraestrutura, como colocação de esgotos, afeta as águas superficiais e subterrâneas. “Sempre que você tem uma atividade com impactos ambientais, você precisa pensar numa área de arrefecimento ao redor. Na natureza existem

inúmeros sistemas interconectados: solos, ar, água, seres vivos. Se você afeta o sistema num ponto afetará nos demais e, com isso, o impacto numa área vai afetar todo o entorno.” Diante disso, para o professor, o grande desafio de um projeto como o PIDS é integrar uma área muito maior “sem perder as conexões com as demais regiões do município” e, indo mais longe, também com municípios da RMC (Região Metropolitana de Campinas). “É muito difícil pensar numa ocupação o mais harmoniosa possível sem a ampla participação de todos os segmentos interessados no desenvolvimento sustentável tanto em Barão Geraldo, como em Campinas e na RMC.”

TUDO NO AR

O professor Wagner Romão, do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) da Unicamp, que também está à frente dos debates realizados com a comunidade nas oficinas, lembra que o projeto “deixa no ar” não só as questões ambientais, mas praticamente todos os outros grandes impactos previstos.

“Não há nada no projeto a respeito de infraestrutura, escolas, saneamento, ônibus e por aí fora. O PIDS se apresenta como um Projeto de Lei Complementar que altera a Lei do Uso e Ocupação do Solo em Barão Geraldo, que já passou por outras mudanças recentes. Então não há nenhuma garantia de que essas demandas serão garantidas pelo poder público. Como não é um projeto completo de ocupação do território, vai incentivar e facilitar a ocupação dessa área por residências, prédios de até sete pavimentos e assim por diante”, diz Romão.

Na forma como está, o PIDS é apenas mais um projeto focado no mercado imobiliário, na mesma direção de políticas semelhantes desenvolvidas por diferentes governos municipais nos últimos anos. “E se você deixa nas mãos do mercado imobiliário vão construir prédios e casas por toda Campinas, sem preocupação nenhuma com os impactos.”

Para Romão, a proposta de construir



Oficina com a população para esclarecimentos sobre o projeto. Em maio ocorrerão mais seis

uma cidade inteligente, uma smart city como a chamam, numa região restrita ligada à área de tecnologia, não passa de uma “pseudo-ideia”. “Isso me parece um despautério. Você tem ainda regiões muito carentes, bem próximas a essa área e o desenvolvimento tem que ser combinado com preservação ambiental, com outras formas de ocupação residencial e com uma preocupação permanente com a comunidade e com o seu entorno.”

Afinal, como aponta Romão, há uma grande carência de serviços na região. “Embora Barão seja caracterizado como um lugar de elite, temos muita pobreza aqui. Muita gente que depende exclusivamente do SUS, que depende de assistência social, de educação nas escolas públicas e assim por diante. Temos fragilidades grandes no sistema de saneamento de toda a região. Então, a linha geral é que você tem que dar mais suporte para essa comunidade que já está aí, e o projeto não prevê nada disso, muito pelo contrário: não cita nenhum desses problemas. A prefeitura deveria olhar para essas carências, antes de trazer mais ocupação, mais dezenas de milhares de moradores, uma nova população estimada em 52 mil pessoas.”

Outra preocupação que tem sido constantemente levantada nas reuni-

ões com a comunidade refere-se aos impactos no trânsito. “A comunidade hoje já reclama muito do trânsito, das deficiências no transporte coletivo. E a expectativa com o PIDS é de um aumento muito grande no tráfego. Então, embora digam que a questão viária vem junto, o que a gente sabe é que isso não acontece. Basta olhar a história de Campinas e de outras cidades brasileiras.”

Por fim, nas reuniões com a comunidade o que é muito questionado é o discurso de que o PIDS deverá criar muitos novos empregos para a comunidade. Análises mais técnicas não apontam para essa possibilidade.

IMPACTOS INEVITÁVEIS SÃO TRATADOS DE FORMA SUPERFICIAL

“Pode aumentar empregos, mas qual a quantidade disso? Essas áreas de tecnologia têm, cada vez mais, contratado pessoas que fazem trabalho remoto, na maior parte do seu tempo. Nos parece que o aumento seria algo residual. Você pode ter ampliação de empregos tecnológicos, pode ter alguma coisa na área de segurança, limpeza, e se forem construídos esses prédios, para os quais se propõe é uso misto, residencial e comercial, podemos ter novos empregos, mas poucos. Enfim, é muito residual”, analisa Romão.

RESULTADOS PRÁTICOS ‘FORAM PÍFIOS’ PARA O HIDS

O HIDS (Hub Internacional de Desenvolvimento Sustentável), englobado agora pela área do PIDS, tem uma longa história. O geógrafo Rogério Bezerra da Silva, doutor em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp e atual presidente da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) Seção Campinas, relata que desde o final dos anos 1970, vêm sendo elaboradas propostas para a implantação de um polo tecnológico nessa região.

“O que há de diferente entre a proposta atual e as anteriores é que os elaboradores da proposta do HIDS e do PIDS querem atrelá-los agora aos conceitos, muito em voga, de ‘cidade inteligente’ e ‘parque tecnológico de quarta geração’. A primeira perspectiva do projeto é urbanística. Mas quero chamar atenção para outra perspectiva: a da geração de conhecimento científico e tecnológico, que vou chamar de inovação.”

Na perspectiva da inovação, aponta Rogério, está a questão da viabilidade da conexão entre instituições de pesquisa já localizadas na área e as que vierem e as empresas públicas e privadas. “Essa perspectiva também merece muita atenção, haja vista que o argumento que está sendo usado

pelos instituições de pesquisa, sobretudo pela Unicamp e pela Prefeitura de Campinas, é que o HIDS vai consolidar a vocação da Região para a inovação e alta tecnologia, com a consequente geração de empregos, elevação de renda e transferência de tecnologias.”

Para Rogério, no campo das ideias é bem positiva a implantação do HIDS. “Final”, questiona ele, “quem não gostaria de morar em uma ‘cidade inteligente’, conviver com princípios de sustentabilidade e trabalhar num parque tecnológico de ‘quarta geração’? Mas avalio que essa proposta está somente no campo das ideias. Não há elementos que sustentem que esse projeto, da perspectiva da inovação, será concretizado.”

No livro de sua autoria, “Polo e Parque de Alta Tecnologia: O Mito de Campinas” (RG, 2010), Rogério relata que desde o começo do processo de implantação do polo, dos anos 1970 até o presente momento, os projetos têm o mesmo objetivo de gerar sinergias entre empresas e instituições de pesquisa. “Mas, desde o início do processo até o presente momento, os resultados desses projetos têm sido bastantes modestos, senão pífiros.”

Estudo realizado por pesquisadores



Unicamp: um dos eixos essenciais para o projeto do HIDS

da Economia da Unicamp em 1998, portanto passados quase 30 anos do início do processo de implantação do polo, envolveu 13 empresas que atuavam no setor. Das 13 empresas pesquisadas, oito eram estrangeiras, seis de grande porte, quatro de médio e três pequenas. O estudo demonstrou que para todas elas o principal diferencial da região de Campinas era sua estrutura logística e não o potencial de pesquisa instalado. “Além disso, também declararam que, quando mantinham interações com instituições de pesquisa locais, eram por questões eminentemente formais, ou seja, para atender as contrapartidas ou exigências legais, como as da Lei

de Informática. Ou seja, a presença de um complexo aparato de produção de inovações na região tinha, claramente, uma importância secundária”, aponta Rogério.

Em resumo, não houve nenhum incremento real na relação entre as instituições de pesquisa e as empresas. “O fato é que, sem agência de fomento e sem recursos públicos não há vinculação alguma entre as instituições e as empresas. Diante disso, cabe indagar: além da problemática urbana, a implantação do HIDS e do PIDS, considera, de fato, a problemática da relação pesquisa-produção na periferia do capitalismo? Tudo aponta que não.”

O QUE SÃO OS POLOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO

A pedido do jornal EXPRESSO, a professora Emília Wanda Rutkowski, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp, produziu um texto no qual detalha a história e o papel dos chamados Polos de Desenvolvimento, a partir do qual se delineou o projeto do HIDS (leia texto acima) e também o atual do PIDS.

Campinas tem três Polos de Desenvolvimento, chamados de PEDs (Polos Estratégicos de Desenvolvimento: Unicamp/Ciatec II, Aeroporto Internacional de Viracopos e, por fim, a Área Central da cidade. Cada um desses polos, conforme definido pelo Plano Diretor de Campinas, de 2018, tem uma vocação específica.

O do Aeroporto Internacional de Viracopos aponta, entre outras

diretrizes, o potencial para incrementar o desenvolvimento sustentável do município, bem como articular o município com outras esferas de governo e municípios vizinhos, além de recuperar, requalificar e regularizar urbanística e ambientalmente a região. “Já o PDE Área Central visa, entre outras diretrizes, o incremento das atividades econômicas, a valorização do espaço público, o estímulo ao uso habitacional e as atividades culturais e de entretenimento e a qualificação ambiental.”

CAMPINAS TEM 3 POLOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO

Já as diretrizes preconizadas para o polo Unicamp/Ciatec II apontam o Ciatec II como o principal gestor

de projetos e iniciativas de fortalecimento desse PDE como Polo Tecnológico de Excelência. “Para tanto, a prefeitura pretende promover mecanismos efetivos de incentivo à instalação de centros de pesquisas, laboratórios e empresas industriais de alta tecnologia e estimular o investimento em qualificação profissional pelas instituições públicas e privadas.”

O Estado de São Paulo, lembra a professora, considera que os polos de desenvolvimento devem vir “com pacotes de benefícios setoriais para a indústria de modo a otimizar políticas públicas já existentes em torno de seis pilares, visando adensar e integrar as cadeias produtivas”. São eles: Simplificação Tributária e Regulatória, Financiamento Competitivo, Tecnologia e

Inovação, Qualificação de mão de obra, Infraestrutura e serviços, e Ambiente de negócios & Desburocratização.

A CIDADE ESTÁ EM 6 DOS 12 POLOS ESTADUAIS PAULISTAS

“A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico considera que Campinas está em seis dos 12 polos estaduais de desenvolvimento: Agritech, Aeroespacial, Serviços Tecnológicos; Alimentos e Bebidas; Automotivos; Químico, Borracha e Plástico; Saúde e Farma; e, Papel, Celulose e Reflorestamento.”

Leia o texto completo da professora Emília no site da adunicamp: <https://www.adunicamp.org.br/opiniao/polos-estrategicos-de-desenvolvimento/>

MOBILIZAÇÃO GARANTE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NAS DECISÕES

Wagner Romão é professor no IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) da Unicamp

EXPRESSO – A comunidade reclama, desde o início, da falta de participação nas decisões que envolveram e envolvem a elaboração do PIDS. Como foi, no início, o chamado da prefeitura para a participação da comunidade?

Wagner Romão – A prefeitura começou a falar a respeito do PIDS, na segunda semana de novembro do ano passado. Foram quatro apresentações, uma na Câmara Municipal, outra para Conselhos Municipais, a terceira para proprietários e empresários da área do PIDS e, finalmente, uma aberta para a comunidade de Barão Geraldo no dia 11 de novembro. Foi só aí que nós tivemos notícia desse projeto. Em Barão Geraldo há sempre muita desconfiança dos projetos da prefeitura. O debate do plano diretor em 2017 foi bastante conflituoso e a expansão da área do perímetro urbano de Barão, em 2018, foi algo que foi implementado sem a concordância da população. Então, quando ocorreu essa reunião de 11 de novembro, a gente questionou qual seria esse processo de participação da comunidade. A prefeitura tinha aberto dois canais de participação: um pela internet para sugestões de alterações em artigos específicos da minuta da lei, e já tinha agendado, inclusive com publicação no diário oficial do município, uma audiência pública que ocorreria em 24 de janeiro de 2023, uma terça-feira às 14h30, em pleno horário comercial, no Salão Vermelho da prefeitura, no centro, a quilômetros de distância de Barão Geraldo. Então eu já questionei isso publicamente ali, no próprio dia 11, porque a prefeitura, afinal de contas, tinha que garantir o direito constitucional de participação da população, consagrado no Estatuto da Cidade, já que é um projeto que pode mexer no zoneamento de uma área de cerca de 17 milhões de metros quadrados.

Foram realizadas várias ações e manifestações reivindicando a participação da comunidade. Essas ações surtiram efeito?

Logo depois dessa reunião do dia 11, já na semana seguinte, começou a mobilização da comunidade. Criamos grupos de WhatsApp e fizemos algumas reuniões presenciais. Nessas reuniões, a gente fez uma divisão de

tarefas, entre elas a de elaborar uma representação para o Ministério Público, propondo a ampliação do processo participativo. Afinal, o PIDS é praticamente um novo plano diretor para Barão Geraldo. Então há amparo legal para que a gente pudesse propor e validar um processo de participação realmente amplo. Então fomos ao Ministério Público, eu escrevi a peça da representação e mais cinco pessoas da comunidade assinaram. Nem discutíamos o mérito do projeto, mas queríamos que o MP questionasse a prefeitura e exigisse a participação ampla. Então quando essa representação chegou na prefeitura, em 15 de dezembro, uma quinta-feira, logo na sexta-feira recebemos convite da prefeitura, encaminhado para as pessoas que assinaram a representação e também para algumas pessoas que estiveram na reunião do dia 11. O e-mail convidava para uma reunião que realmente ocorreu no dia 20 de dezembro. Estivemos cinco de nós na reunião. Foi uma longa discussão, mas basicamente a gente pediu duas coisas: primeiro que a secretária de Planejamento e Urbanismo, Carolina Baracat, que presidiu a reunião, encaminhasse ao prefeito o pedido de suspensão da audiência marcada para 24 de janeiro; e que a comunidade pudesse apresentar uma proposta de processo participativo que envolvesse várias regiões de Barão Geraldo, que pudesse dar oportunidade para as pessoas conhecerem efetivamente o projeto, que elas pudessem também manifestar sua opinião. E que esse processo fosse realmente de criação de consensos gradativos para se chegar a uma contraproposta, afinal de contas, ao PIDS.

A proposta foi atendida?

Após várias reuniões, no final de janeiro conseguimos chegar a um acordo sobre como se daria o processo participativo. A gente dividiu o território de Barão em seis regiões, inclusive incorporando o Jardim Miriam e o Recanto dos Dourados, que podem ter impacto muito forte se o PIDS for aprovado do jeito que está. E aí definimos com a prefeitura as localidades que receberiam as oficinas, bem espalhadas no território de Barão. Começamos com uma grande assembleia no dia 3 de março, com mais de 300 pessoas no salão da Paróquia Santa Isabel. A gente entendia que deveria ter uma espécie de pacto público da prefeitura com a comunidade. Que a prefeitura se comprometesse com o processo



Wagner Romão, uma das lideranças que atuaram para garantir democratização dos debates

participativo que ela pactuara com a comunidade, se comprometesse com os resultados, com aquilo que a comunidade vai intervir sobre essa proposta. Então, nessa reunião, foi eleita uma Comissão de Acompanhamento, formada por nove pessoas, para fazer a interface entre a prefeitura e a comunidade de modo a garantir a lisura do processo participativo. Que aquilo que foi combinado seja efetivamente realizado. Em seguida, em março, ocorreu a primeira etapa de oficinas, com o objetivo de apresentar o projeto à comunidade e tirar dúvidas sobre a proposta. Ali, também apresentamos críticas ao PIDS.

E quais são os próximos passos?

Este mês de abril é um mês importante. De um lado, a Comissão de Acompanhamento vai fazer, junto da prefeitura, uma revisão de tudo o que apareceu nas oficinas: as primeiras dúvidas, as questões que a população colocou a respeito dos problemas de Barão Geraldo hoje. E, ao mesmo tempo, a comunidade começa a elaboração de uma contraproposta, que será segmentada em eixos para orientar os debates. Vamos ter o eixo ambiental e cultural, o eixo econômico e tecnológico, o urbano e social, e também um eixo que estamos chamando de governança popular, que visa responder a algumas deficiências do distrito de Barão, como a necessidade de termos um Conselho Distrital com a participação da sociedade civil e com assento também do poder público. Nossa meta é chegar a uma contraproposta ao PIDS que seja bastante consensuada sobre aquilo que queremos realmente que ocorra em Barão e arredores.

E como será a apresentação dessa proposta da comunidade?

A partir de 2 de maio vão ocorrer

mais seis oficinas. É um momento chave porque a comunidade volta ao debate, mas desta vez já com uma contraproposta elaborada a partir da primeira rodada de oficinas e do trabalho que estamos fazendo. É o momento de discutir e aperfeiçoar a contraproposta. O resultado dessa etapa será novamente dialogado com a Prefeitura, com os Conselhos Municipais e o próprio Conselho do HIDS, ao longo do mês de junho. Pretendemos também começar as conversas com as comissões da Câmara de Vereadores. Então vai ser um momento de muita negociação e de fazer prevalecer aquilo que a comunidade quer. Em seguida teremos mais dois eventos. No dia 1º de julho, teremos uma reunião que deverá afinar a sistematização das ideias em jogo. E em agosto teremos a audiência pública que será realizada no Salão da Paróquia Santa Isabel. Então, é um processo que será muito importante para Campinas e especialmente para Barão Geraldo e é muito importante que a comunidade participe intensamente, pois está nas nossas mãos definir o futuro do nosso distrito e da cidade.

OFICINAS DE MAIO

Sempre às 18h30

02 – Paróquia Frei Galvão
Av. Angelino Gregório, 46

04 – Associação ProBairro
R. Márcia Mendes, 702

08 – Paróquia Santa Isabel
R. Ângelo Vicentin, 601

10 – Paróquia N. Sra. Aparecida
R. Guerino Bristotti, 273

16 – Comunidade N. Sra. das Graças
R. João Lugero Ferreira, 273

18 – E.M. Dulce B. Nascimento
R. Aldo Grigol, 356